



GOVERNO DO
Rio de Janeiro



Concurso Público

ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

CURSO DE FORMAÇÃO

Gestão de Pessoas na Administração Pública
Logística de Compras na Administração Pública
Gestão de Contratos e Licitações

Caderno de Questões

Leia com atenção as instruções abaixo:

- Preencha no **Cartão de Respostas** o número da questão escolhida e a alternativa da resposta correspondente.
- A quantidade de questões da prova e a quantidade que deverá ser respondida se encontra no quadro abaixo:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	NÚMERO DE QUESTÕES QUE O CANDIDATO DEVERÁ RESPONDER
Gestão de Pessoas na Administração Pública	15	10
Logística de Compras na Administração Pública	15	10
Gestão de Contratos e Licitações	24	16

É OBRIGATÓRIO DEVOLVER ESTE CADERNO AO FISCAL



GOVERNO DO
Rio de Janeiro



Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro



www.ceperj.rj.gov.br
sac@ceperj.rj.gov.br

GESTÃO DE PESSOAS NO SERVIÇO PÚBLICO

Atenção, nessa disciplina, você deverá escolher 10 questões.

01. A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir:

- I- Na prática de atos de improbidade administrativa, mesmo os que exercem, sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função pública são considerados agentes públicos.
- II- As pessoas que, na esfera estadual, são contratadas por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público são regidas pelo Decreto-Lei nº 220/75.
- III- Os integrantes das Procuradorias dos estados e do DF e os defensores públicos são, nos termos da CF, remunerados por subsídios.
- IV- O dispositivo constitucional que proíbe a sindicalização e a greve dos militares federais estende-se aos militares dos estados e do DF.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e IV.
- E) Nenhuma das anteriores.

02. No que se refere à acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a opção correta.

- A) É permitida a acumulação de dois cargos públicos de professor, quando houver compatibilidade de horários e desde que ambos os cargos públicos sejam de professor do ensino fundamental.
- B) A regra da vedação de acumulação de cargos públicos se estende a empregos e funções e abrange as sociedades de economia mista, mas não às sociedades controladas indiretamente pelo poder público.
- C) As exceções à regra da vedação de acumulação de cargos públicos, previstas na Constituição Federal, são taxativas.
- D) É permitida a acumulação de, no máximo, três cargos públicos aos profissionais de saúde.
- E) A percepção de gratificação de dedicação exclusiva não altera a cumulabilidade do cargo.

03. José, que prestou concurso para concorrer a uma vaga em uma empresa pública estadual; foi aprovado, tendo iniciado suas atividades em 20 de outubro de 2003. Em 20 de outubro de 2007, José foi demitido sem justa causa. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A) A José não é garantida a estabilidade prevista na Constituição Federal, sendo possível a sua demissão sem justa causa.
- B) Como se trata de empresa pública, José deveria ter sido contratado segundo as regras do Decreto-Lei n.º 220/75, e não poderia ter sido demitido sem justa causa.
- C) José não poderia ter sido demitido sem justa causa, visto que já adquirira a estabilidade prevista na Constituição Federal, por ter, à época da demissão, mais de três anos de efetivo exercício.
- D) A demissão de José, sem justa causa, somente seria possível em caso de extinção da empresa.
- E) José, por ser servidor público, terá direito de sacar o depósito do FGTS.

04. Analise as afirmativas:

- I- Em concurso público para admissão de praças, o Corpo de Bombeiros pode fazer constar do edital a impossibilidade de ingresso de pessoas portadoras de deficiência.
- II- O militar, cuja função é de profissional de saúde, independentemente da data de ingresso na corporação, pode acumular sua patente com cargo público civil privativo de profissional de saúde.
- III- As carreiras militares podem ser remuneradas por subsídio, bastando para isso lei específica.

Pode-se afirmar que:

- A) apenas a afirmativa III está correta;
- B) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- D) todas as afirmativas estão corretas;
- E) todas as afirmativas estão erradas.

05. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável que o ocupa:

- A) será exonerado.
- B) será reintegrado ao cargo anterior.
- C) será colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- D) será reconduzido ao cargo anterior.
- E) reverterá ao cargo anterior.

06. O provimento de cargo poderá diferir em virtude da situação do servidor em questão. Seguindo esta assertiva, analise as proposições abaixo e marque a opção incorreta:

- A) A nomeação será feita em caráter efetivo, após concurso público, quando se tratar de provimento de cargo de classe singular ou de cargo de classe inicial de série de classes;
- B) A nomeação será feita em comissão, após concurso público, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, assim deva ser provido.
- C) O provimento de cargo pela reintegração decorrerá de ingresso, face determinação judicial, do funcionário demitido do serviço público estadual, com ressarcimento do vencimento e vantagens e reconhecimento dos direitos ligados ao cargo.
- D) O provimento de cargo pelo aproveitamento determina o retorno ao serviço público estadual do funcionário que havia sido colocado em disponibilidade.
- E) O provimento de cargo pela recondução determina o retorno ao cargo de origem do servidor estável que ocupava o lugar do servidor que fora reintegrado.

07. Com relação à estabilidade do servidor, analise as seguintes afirmativas:

- I- Os ocupantes de cargos e empregos públicos serão estáveis após três anos de efetivo exercício.
- II- De acordo com as normas constitucionais em vigor, extinto o cargo, o servidor estável será imediatamente exonerado.
- III- Como condição para aquisição da estabilidade, o servidor deverá ser submetido a avaliação de desempenho.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A) I e II;
- B) I e III;
- C) III;
- D) II e III;
- E) I, II e III.

08. O processo administrativo disciplinar será dispensável na aplicação da seguinte penalidade:

- A) demissão;
- B) suspensão por mais de 30 (trinta) dias;
- C) destituição de função;
- D) repreensão;
- E) nenhuma das alternativas anteriores, pois, segundo a norma estatutária, a aplicação de qualquer pena depende do Processo Administrativo Disciplinar, tendo em vista que somente nele é assegurado ao servidor o exercício da defesa.

09. O servidor público do Estado do Rio de Janeiro que desejar prestar estágio experimental em outro cargo estadual deverá observar as seguintes regras estatutárias:

- I- Ficará afastado de seu cargo com perda do vencimento e das vantagens, ressalvado o adicional por tempo de serviço e o salário-família, ressaltando que este afastamento alterará sua filiação ao sistema previdenciário, bem como a base de sua contribuição;
- II- Não se exigirá o referido afastamento se o cargo efetivo for acumulável com o do objeto do concurso;
- III- O candidato não aprovado no estágio experimental será considerado inabilitado no concurso e retornará automaticamente ao cargo ou emprego de que se tenha afastado.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A) I;
- B) I e II;
- C) II e III;
- D) III;
- E) I, II e III.

10. Ao serem determinados os Direcionadores Estratégicos de uma Organização, quais componentes devem pertencer a esses direcionadores?

- A) Visão, Missão e Competências;
- B) Competências, Estrutura e Valores;
- C) Visão, Missão e Valores;
- D) Organograma, Estrutura e Pessoas;
- E) Presidência, Diretorias e Gerencias.

11. Qual a base para mapeamento da Competências Organizacionais?

- A) Direcionadores Estratégicos;
- B) Planejamento Financeiro;
- C) Governança Corporativa;
- D) Descrição dos Cargos;
- E) Conhecimentos Técnicos.

12. O *Balanced Scorecard*, por meio de suas quatro estratégias de perspectivas de negócio, permite a identificação de expectativas de desempenho que agregam valor ao negócio, integrando os desempenhos organizacionais e humanos. Quais são essas estratégias?

- A) Financeira, Clientes, Negócios e Pessoas;
- B) Financeira, Clientes, Processos e Aprendizado e Crescimento;
- C) Negócios, Processos, *Marketing* e Financeira;
- D) Administração, Finanças, *Marketing* e Comercial;
- E) Pessoas, Administração, Negócios e Clientes.

13. O conjunto de políticas, práticas, padrões atitudinais, ações e instrumentos empregados por uma Organização para interferir no comportamento humano e direcioná-lo no ambiente de trabalho pode ser traduzido como:

- A) Processo de Recrutamento e Seleção;
- B) Modelo de Gestão de Pessoas;
- C) Programa de Benefícios;
- D) Modelo de recrutamento e Seleção de Pessoal;
- E) Orçamento Anual de Finanças.

14. Nas diversas definições existentes para Competência, aceita-se a que retrata como um conjunto de:

- A) Conhecimento, Habilidades e Atitudes;
- B) Conhecimento, Maturidade e Habilidade;
- C) Responsabilidades, Recursos e Atitudes;
- D) Habilidades, Ações e Recursos;
- E) Conhecimento, Habilidade e Aplicação.

15. Em uma postura mais moderna de Gestão de Pessoas, as ações de Foco na Função, Foco Interno e Introverso e Foco em atividades/meios transformam-se em:

- A) Foco no Comercial, Foco Interno e Procedimentos e Foco em Finanças;
- B) Foco no Cargo, Foco no Recurso Externo e Foco no Cliente Interno;
- C) Foco no Negócio, Foco Externo e no Cliente, Foco nos resultados/fins;
- D) Foco na estratégia, Foco Interno e no Cliente, Foco nos Procedimentos;
- E) Foco no Compromisso, Foco no Longo Prazo e Foco nos resultados/fins.

LOGÍSTICA DE COMPRAS NO SERVIÇO PÚBLICO

Atenção, nessa disciplina, você deverá escolher 10 questões.

01. De acordo com o Decreto 42.092, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o Sistema Logístico do Estado do Rio de Janeiro, o SISLOG está estruturado em níveis de atuação:

- A) central, setorial e seccional;
- B) central, setorial e subsetorial;
- C) central e setorial;
- D) central e seccional;
- E) setorial e seccional.

02. De acordo com o Decreto 42.092, de 27 de outubro de 2009, a Função Logística Suprimentos compreende, dentre outras, as atividades rotineiras de:

- A) gestão de combustíveis e lubrificantes;
- B) acompanhamento e análise de gastos com transportes;
- C) concessão de diárias e aquisição de passagens;
- D) levantamento de necessidades, controle de estoque e inventário;
- E) gestão de manutenção predial.

03. De acordo com o Decreto 42.092, de 27 de outubro de 2009, a Função Logística Manutenção compreende, dentre outras, as atividades rotineiras de:

- A) banco de preços de mercado;
- B) gestão de contratos;
- C) manutenção de aparelhos e centrais de refrigeração;
- D) gestão de frota própria e terceirizada;
- E) sistema de registro de preços.

04. De acordo com o Decreto 42.092, de 27 de outubro de 2009, a Função Logística Transportes compreende, dentre outras, as atividades rotineiras de:

- A) importação e exportação;
- B) manutenção de frota de veículos;
- C) concessão de diárias;
- D) controle de estoque;
- E) análise de gastos com suprimentos.

05. De acordo com o Decreto 42.092, de 27 de outubro de 2009, planejar, normatizar e supervisionar as atividades de controle patrimonial dos bens móveis do Executivo compete à:

- A) SUBPAT;
- B) SEFAZ;
- C) SEPLAG;
- D) SISLOG;
- E) SUBLO.

06. De acordo com o Decreto 42.092, de 27 de outubro de 2009, são princípios do Sistema Logístico do Estado do Rio de Janeiro:

- A) objetividade, continuidade e controle;
- B) flexibilidade, economicidade e subjetividade;
- C) controle, oportunidade e rapidez;
- D) rapidez, prioridade e objetividade;
- E) subjetividade, rapidez e continuidade.

07. De acordo com o Decreto 42.092, de 27 de outubro de 2009, são denominadas famílias de materiais e serviços os conjuntos de itens que, por suas características técnicas e gerenciais em comum, podem ser tratados de forma homogênea. Sobre essas famílias, com base no citado decreto, podemos afirmar que:

- A) as famílias de materiais e serviços em uso pelo Poder Executivo serão estabelecidas pelo Órgão Central do SISLOG;
- B) as famílias de materiais e serviços são gerenciadas por Órgãos Seccionais;
- C) o Órgão Seccional deverá definir os parâmetros para a política geral de compras para os itens que não se enquadrem em nenhuma das famílias;
- D) o Órgão Setorial responsável por uma das famílias estabelecidas pelo Órgão Central poderá propor a respectiva inclusão, alteração ou exclusão de itens no Catálogo de materiais e serviços ao Órgão Central;
- E) as famílias de materiais e serviços em uso pelo Poder Executivo serão estabelecidas em comum acordo com os demais Poderes.

08. De acordo com o Decreto 42.091, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o Sistema Integrado de Gestão de Aquisições, o SIGA possui as seguintes funcionalidades:

- A) empenho da despesa;
- B) catálogo de materiais e serviços e gestão de patrimônio;
- C) cadastro de fornecedores e gestão de almoxarifado;
- D) criação e gerenciamento de leilões e seus anexos;
- E) acompanhamento e gerenciamento de peças de reposição.

09. De acordo com o Decreto 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, integram a estrutura do Sistema de Suprimentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro:

- A) o Órgão Gerenciador do Cadastro de Fornecedores, responsável pela gestão estratégica e pela definição e implantação de normas, diretrizes e políticas gerais do SIGA;
- B) o Órgão Gestor do Sistema de Registro de Preços, responsável pela gestão e manutenção do Cadastro de Fornecedores do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- C) o Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, órgão responsável pela gestão do Sistema de Registro de Preços para uma determinada família de materiais ou serviços;
- D) o Órgão Gestor do Catálogo de Materiais e Serviços: órgão responsável pela gestão e manutenção dos dados de determinada família de materiais ou serviços do Catálogo de Materiais e Serviços do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- E) o Órgão Gerenciador do Catálogo de Materiais e Serviços, órgão responsável pela gestão e manutenção do Banco de Preços do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

10. De acordo com o Decreto 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, que regulamenta o Sistema de Suprimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, considera-se:

- A) Banco de Preços Praticados: banco de dados de pessoas físicas e jurídicas interessadas em estabelecer contratos com o Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- B) Catálogo de Materiais e Serviços: banco de dados contendo a qualificação dos materiais e dos serviços a serem adquiridos pelo Governo;
- C) Família: documento interno, emitido pela área requisitante, que inicia o processo de aquisição e contém os dados necessários à caracterização dos materiais ou dos serviços demandados, o qual, mediante assinatura do Ordenador de Despesas, autoriza a realização de determinada compra/contratação;
- D) Pesquisa de Mercado: agrupamento de materiais ou de serviços de uma mesma natureza;
- E) Requisição de compra/contratação: pesquisa realizada junto no mercado fornecedor, e nos órgãos de divulgação de preços de mercado ou em mercados que venham a ser contratados para tal finalidade ou, ainda, no âmbito dos preços praticados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, visando à obtenção de preço de referência.

11. O Decreto 40.788, de 01 de junho de 2007, instituiu o Sistema Integrado de Aquisição e Distribuição de Combustíveis – SIADC. Pode-se afirmar que dentre os objetivos desse sistema encontra-se:

- A) o atendimento aos pedidos de combustíveis para uso das unidades da PMERJ, PCERJ e CBMERJ;
- B) a entrega dos produtos nos postos da SEPLAG;
- C) o controle dos volumes de combustíveis entregues em cada posto da SEPLAG;
- D) a aquisição dos combustíveis;
- E) o pagamento diretamente aos postos de abastecimento, dos volumes consumidos pelos órgãos.

12. O Art. 4º do Dec. 41.952 / 2009 estabelece quais autoridades fazem jus a veículos de representação. Não está prevista a utilização desse tipo de veículo pelas seguintes autoridades:

- A) Subdefensores Públicos Gerais;
- B) Diretores Gerais de Administração e Finanças;
- C) Subprocuradores Gerais;
- D) Subsecretários-Adjuntos;
- E) Presidentes de Empresas Públicas.

13. De acordo com o Art. 7º, do Dec. 41.952/2009, que trata da identificação de veículos, portarão placas especiais (Placas de Bronze), de acordo com modelos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:

- A) os veículos especiais;
- B) todos os veículos de representação;
- C) todos os veículos de serviço;
- D) os veículos do serviço reservado de caráter policial;
- E) os veículos operacionais.

14. O Art. 23º, do Dec. 41.952/2009, estabelece as condições em que será vedada a utilização de veículos oficiais. Nesse contexto, podemos afirmar que é permitido:

- A) o deslocamento de servidores para estabelecimentos comerciais, desde que seja nos fins de semana;
- B) o uso de veículos com o velocímetro em pane, desde que já tenha sido solicitado o seu reparo;
- C) o transporte individual de autoridades que fazem jus a veículos de representação (Art. 3º e Art. 4º), mesmo que seja de casa para o trabalho e vice-versa;
- D) o transporte de pessoas estranhas ao Serviço Público, desde que seja após o horário de expediente;
- E) o uso de veículos para excursões, desde que atendam somente a servidores.

15. Com relação à utilização de veículos oficiais, estabelecida na SEÇÃO III, do Dec. 41.952/2009, podemos afirmar que:

- A) qualquer servidor, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação, pode conduzir veículo oficial;
- B) infrações de trânsito, cometidas por motorista de determinado órgão, são da responsabilidade exclusiva do Gestor da Frota desse órgão;
- C) a utilização de veículos de serviço, após as 21 horas, bem como nos feriados e fins de semana, não poderá ocorrer de forma alguma;
- D) o controle da utilização do veículo será de responsabilidade exclusiva do motorista, sendo facultativo o preenchimento do Boletim Diário de Transporte – BDT;
- E) o usuário ou motorista que utilizar indevidamente veículo oficial estará sujeito às penalidades disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores e Regulamentos Disciplinares do Estado.

GESTÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

Atenção, nessa disciplina, você deverá escolher 16 questões.

01. A respeito dos princípios que regem a licitação, assinale a opção incorreta.

- A) O princípio da publicidade impõe a necessidade de a administração realizar audiência pública, com antecedência mínima de quinze dias úteis da data prevista para a publicação do edital, antes da realização de qualquer processo licitatório.
- B) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não impede que o edital, se contiver falha, possa ser corrigido, desde que a divulgação ocorra pela mesma forma que se deu o texto original e o prazo para apresentação das propostas seja reaberto.
- C) Em razão do princípio da igualdade, é vedado que se estabeleça tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista ou previdenciária entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- D) Pelo princípio do julgamento objetivo, se o edital de licitação prevê o critério de melhor técnica, não se pode selecionar simplesmente o de menor preço.
- E) O princípio da economicidade traduz a busca pela proposta que guarde a melhor relação custo-benefício.

02. Os motivos para rescisão determinada por ato unilateral e escrito da administração não incluem:

- A) razão de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e determinada pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exarada no processo administrativo a que se refere o contrato.
- B) a supressão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite previsto em lei.
- C) a lentidão do cumprimento de uma obra, em que a administração comprove a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
- D) o atraso injustificado no início de obra, serviço ou fornecimento.
- E) a falência ou dissolução da sociedade empresária.

03. A respeito dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A) Os contratos administrativos diferenciam-se dos demais contratos privados no que se refere às chamadas cláusulas exorbitantes, como a cláusula que autoriza à administração impor penalidades administrativas.
- B) Como os contratos administrativos também se submetem ao princípio da formalidade, eles devem ser obrigatoriamente escritos.
- C) A administração pode alterar, de forma unilateral, os contratos que celebrar. No entanto, no que se refere à alteração quantitativa, a lei estabelece, como limite para os acréscimos e supressões nas obras, serviços ou compras, o percentual de 50% em relação ao valor original do contrato.
- D) A Administração pode rescindir o contrato, de forma unilateral, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, não ficando obrigada ao pagamento de qualquer indenização.
- E) Não é permitida a celebração, pela Administração Pública, de contratos regidos pelo direito privado.

04. Quanto às licitações, assinale a opção correta.

- A) De acordo com o princípio da adjudicação compulsória, o licitante contratado deve obedecer não apenas aos termos do contrato, mas também às determinações da administração.
- B) Nos termos da Constituição Federal, as empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas), quando prestadoras de serviço público, podem elaborar ato normativo sobre licitação, observados os princípios da administração pública.
- C) A contratação de empresa de publicidade pode ser feita sem licitação, diante da natureza singular do serviço.
- D) É dispensável a licitação na hipótese de celebração de contrato de programa entre entes da Federação ou com entidades da administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada, nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- E) As microempresas e empresas de pequeno porte não deverão ter qualquer tratamento diferenciado nas contratações públicas.

05. Assinale a opção correta quanto às hipóteses legais de dispensa de licitação.

- A) Configura hipótese de dispensa de licitação a aquisição, pela União, estados, DF e municípios, de determinados produtos, com a finalidade de normalizar o abastecimento.
- B) Constitui hipótese de dispensa de licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) É possível a contratação direta nas hipóteses de licitação deserta e de licitação fracassada.
- D) Admite-se dispensa de licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em decorrência de rescisão contratual, uma vez atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
- E) Não é necessária a pesquisa de preços na contratação por dispensa de licitação.

06. No que se refere às licitações, assinale a opção correta.

- A) Na modalidade pregão, os autores das cinco melhores propostas têm a possibilidade imediata de fazerem novos lances verbais e sucessivos, de forma a possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa.
- B) Adjudicação é o ato pelo qual a administração, por intermédio da autoridade competente, atribui ao vencedor do certame a atividade (obra, serviço ou compra) que constitui o objeto da futura contratação.
- C) A inexigibilidade de licitação ocorre nas hipóteses expressamente previstas em lei.
- D) Ocorre dispensa de licitação na hipótese de contratação de serviços telefônicos prestados pelas concessionárias de serviço público.
- E) Caberá ao administrador público a determinação de características de bens a serem licitados, como especificações técnicas, marca e local de entrega.

07. A respeito do regime jurídico aplicável às parcerias público-privadas, analise as afirmativas a seguir:

- I- Parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- II- A repartição objetiva de riscos entre as partes é uma diretriz a ser observada na contratação de parceria público-privada.
- III- A celebração do contrato de parceria público-privada deve ser precedida da constituição de uma sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

Com base nas afirmativas acima, assinale:

- A) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- B) apenas a afirmativa I está correta;
- C) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- D) apenas a afirmativa II está correta;
- E) apenas as afirmativas I e II estão corretas.

08. Há inexigibilidade de licitação quando

- A) as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional.
- B) a lei dispensar o administrador de realizar o procedimento licitatório, embora a competição seja juridicamente viável.
- C) for inviável a competição.
- D) não acudirem interessados à licitação anterior e não houver tempo hábil para a abertura de novo procedimento.
- E) a contratação tiver por objeto bens e serviços comuns.

09. De acordo com a Lei 8.666/93, são tipos de licitação:

- A) menor preço, melhor técnica e maior lance ou oferta.
- B) melhor qualificação técnica, melhor qualificação jurídica e melhor qualificação econômico-financeira.
- C) dispensável, inexigível e dispensada.
- D) empreitada por preço global, empreitada por preço unitário e empreitada integral.
- E) concorrência, tomada de preços e convite.

10. O regime jurídico dos contratos administrativos, previsto na Lei 8.666/93, confere à Administração Pública prerrogativas conhecidas como cláusulas exorbitantes. Dentre tais cláusulas, inclui-se a prerrogativa de a Administração

- A) intervir, por prazo determinado, na prestação do serviço, com o fim de assegurar o adequado cumprimento das normas contratuais.
- B) exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, em valor não excedente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- C) alterar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias do ajuste.
- D) rescindir unilateralmente o contrato nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- E) prorrogar, unilateralmente e por igual período, o contrato administrativo em que for demonstrada a vantajosidade, sob pena de caracterização de inexecução imotivada do ajuste.

11. Acerca de pregão, assinale a opção correta.

- A) A aplicação do pregão eletrônico é restrita ao âmbito federal.
- B) A licitação por meio do pregão é considerada deserta quando nenhum dos interessados é selecionado em decorrência de inabilitação ou desclassificação.
- C) Caso o licitante vencedor seja inabilitado, o pregoeiro deverá declarar a licitação fracassada e realizar novo procedimento.
- D) Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e ao valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- E) A sessão do pregão eletrônico não pode ser suspensa.

12. Sendo o contrato administrativo nulo, é correto afirmar que

- A) a declaração de nulidade não opera retroativamente, obrigando o contratado a indenizar a Administração pelos danos por esta sofridos.
- B) a declaração não opera retroativamente, respeitando o direito adquirido ao término do contrato, caso tenha o contratado iniciado sua execução.
- C) seu reconhecimento não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado de boa-fé, por tudo que este houver executado e por outros prejuízos comprovados.
- D) a nulidade só produzirá efeitos se o contrato for de valor superior a 100 (cem) salários mínimos, caso o contratado tenha iniciado a sua execução.
- E) a declaração de nulidade do contrato exonera a Administração do dever de instaurar processo administrativo para averiguação de responsabilidades.

13. A inexigibilidade da licitação:

- A) reduz-se às hipóteses exaustivamente previstas em lei.
- B) decorre da inviabilidade de competição verificada no caso concreto.
- C) não é admitida no direito brasileiro.
- D) não exige justificativa e ratificação.
- E) pode ser utilizada para a contratação de serviços técnicos, como patrocínio de processos judiciais, publicidade ou projetos.

14. Marque a afirmativa correta:

- A) Cláusulas exorbitantes são aquelas que rompem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, por isso são nulas;
- B) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração Pública contratante quando houver modificação do projeto para melhor adequação técnica aos seus projetos;
- C) Cláusulas exorbitantes são proibidas nos contratos administrativos;
- D) Cláusulas exorbitantes são excessivas e impedem que o contrato administrativo seja cumprido, por isso ensejam o rompimento unilateral pelo contratado.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

15. Os contratos administrativos:

- A) são alteráveis qualitativa e quantitativamente pelo poder público, dentro de limites estabelecidos pela lei.
- B) são sempre precedidos de licitação.
- C) são rescindíveis exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- D) não admitem o uso da exceção do contrato não cumprido pelo poder público.
- E) não podem ser prorrogados.

16. Considerando o disposto nas normas instituídas pela Lei federal nº 8.666/1993 para licitações e contratos na Administração Pública, assinale a assertiva incorreta:

- A) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
- B) É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, exceto as que estabeleçam preferência em razão da marca, para assegurar a boa qualidade do bem a ser adquirido;
- C) É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- D) Em homenagem ao princípio da publicidade, qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;
- E) O fato de os bens licitados serem produzidos no Brasil pode ser utilizado como critério para desempate entre propostas.

17. Permite-se a rescisão do contrato administrativo na seguinte hipótese:

- A) atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração Pública;
- B) não liberação pela Administração Pública do local para execução da obra, no prazo contratual;
- C) paralisação da obra, serviço ou fornecimento, em razão de justa causa e independente de comunicação à Administração;
- D) suspensão da execução, mediante ordem escrita e fundamentada da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias.
- E) variação do cenário econômico, causando a perda do interesse do contratado na prestação do serviço.

18. Os contratos administrativos:

- A) são em tudo equiparados aos contratos de direito privado;
- B) não são utilizados no direito positivo brasileiro vigente;
- C) são contratos de direito público, submetidos a regime jurídico de direito público, exorbitante e derogatório do direito comum;
- D) são usados apenas nas locações entre os órgãos autônomos e os particulares.
- E) asseguram ao contratado posição de igualdade face à Administração contratante.

19. Acerca do contrato administrativo, assinale a opção correta.

- A) Mediante acordo entre as partes, pode a supressão de um objeto contratado ser superior a 25% do valor atualizado do contrato.
- B) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas obras, serviços, compras ou reforma de edifício, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- C) Em atenção ao princípio da supremacia do interesse público, a majoração dos encargos do contratado, advinda de alteração unilateral do contrato, não implica o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- D) A responsabilidade do contratado pela reparação ou correção dos vícios encontrados no objeto contratado somente ocorrerá se houver previsão expressa nesse sentido no contrato firmado entre a administração pública e o fornecedor.
- E) Nenhuma das afirmativas está correta.

20. A Administração Pública, diante de uma rescisão de contrato administrativo por culpa do contratado, retém os créditos decorrentes do contrato até os limites dos prejuízos causados. Nessa situação, a retenção dos créditos é de natureza:

- A) satisfativa;
- B) coercitiva;
- C) judicial;
- D) restitutória;
- E) acautelatória.

21. Em relação aos Contratos Administrativos e com base na Lei Federal 8.666/93, assinale a alternativa correta:

- A) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, exceto nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem e nas situações de emergência ou de calamidade.
- B) O termo de contrato, dependendo do seu valor, é facultativo nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- C) O recebimento provisório do objeto contratado deverá ser dispensado nas situações emergenciais e nas pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento.
- D) A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

22. A respeito do registro de preços, é correto afirmar que:

- A) Qualquer bem ou serviço pode ser contratado por meio do registro de preços.
- B) A existência de disponibilidade orçamentária é indispensável para a realização do certame, visando ao registro de preços.
- C) A ata de registro de preços estabelecerá as condições para as contratações a serem realizadas pelos aderentes, sendo vedada sua prorrogação.
- D) Caso a Administração Pública queira contratar um serviço cujo preço se encontre registrado, será obrigatória a contratação do detentor dos preços registrados.
- E) A "carona" no registro de preços deverá ser previamente autorizada pelo órgão ou entidade que promoveu o certame.

23. Assinale a alternativa que não reproduz diretrizes norteadoras da parceria público-privada, prevista na lei 11.079/04.

- A) Eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade.
- B) Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.
- C) Delegabilidade das funções de regulação jurisdicional e do exercício do poder de polícia.
- D) Responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias e transparência dos procedimentos e das decisões.
- E) Repartição objetiva de riscos entre as partes, sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

24. A respeito da parceria público-privada, analise as afirmativas a seguir.

- I- O contrato de parceria público-privada, na modalidade patrocinada ou administrativa, pode ser celebrado por qualquer valor, desde que não seja superior a 35 (trinta e cinco) anos.
- II- A contraprestação da Administração Pública nos instrumentos de parceria público-privada poderá, entre outros meios, ser feita mediante a cessão de créditos não tributários e pela outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.
- III- Na Lei federal de parceria público-privada (Lei nº 11.079/04) e na Lei do Estado do Rio de Janeiro de parceria público-privada (Lei nº 5.068/07) houve a previsão de um fundo garantidor das parcerias público-privadas, o qual tem natureza privada.

Assinale:

- A) somente a afirmativa I está correta.
- B) somente a afirmativa II está correta.
- C) somente a afirmativa III está correta.
- D) somente as afirmativas II e III estão corretas.
- E) somente as afirmativas I e III estão corretas.